

DECLARAÇÃO DE MATEUS-SANTAR SOBRE O PATRIMÓNIO PRIVADO CULTURAL E NATURAL DE PORTUGAL

24, 25 e 26 de novembro de 2024

“São tarefas fundamentais do Estado:

“Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território.”

Constituição da República Portuguesa (Artigo 9.º e)

“1 – Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2 – Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

3 – Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respetivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.”

Lei de Bases do Património (Lei n.º 107/2001 Artigo 11º)

PREÂMBULO

Portugal é detentor de um vasto e diverso património cultural e natural. O património público e privado convive lado a lado, frequentemente enfrentado desafios e problemas similares.

O Estado é proprietário de um conjunto de bens significativo para os quais procura promover políticas públicas e, para esse fim, mobilizar financiamento comunitário, nacional e privado (mecenato) e assegurar os meios para a conservação, restauro e fruição pública do património na sua posse.

Os bens imóveis privados com valor patrimonial cultural e natural distribuem-se por todo o território continental e regiões autónomas com origens, funções e usos distintos. O seu estado de conservação evidencia níveis diferenciados sendo que, ao longo do último século, se construiu um caminho de restauro e reabilitação que se traduz em conhecimento acumulado para uma requalificação adequada e de qualidade. No entanto, estamos confrontados com um vasto número de bens patrimoniais em abandono ou em deficiente estado de conservação.

A localização destes bens em solo urbano ou em solo rústico traduz realidades distintas. De um modo geral, aqueles localizados em solo rústico nasceram de uma realidade agrária, suportada por uma intensa vivência em comunidade, entretanto desaparecida que precipitou a sua alienação, o seu abandono, a sua decadência ou ruína. Alguns destes bens, frequentemente localizados em territórios de baixa densidade populacional, inicialmente foram espaços de vida quotidiana e, hoje, raramente são residência permanente. Evoluíram para destinos turísticos ou, eventualmente, passaram a espaços de veraneio de famílias e muitas vezes já não se encontram na posse das famílias originais. A expansão urbana das cidades fez com que estes bens fossem devastados, parcialmente reutilizados e frequentemente mutilados de partes ou da totalidade da sua envolvente produtiva e recreativa.

No contexto da complexidade e incerteza dos tempos que vivemos e das sucessivas crises financeira, imobiliária, climática e geracional, os proprietários detentores de património privado estão confrontados com a necessidade de encontrar novos modelos de governação, fruição e uso do seu património. Por outro lado, sentem-se responsáveis pelo contributo de cada um para um todo que constitui um legado de elevada identidade para as gerações futuras.

É irrealista admitir que o Estado tomará conta dos bens imóveis com valor patrimonial cultural e natural em regime de propriedade privada. Compete aos proprietários privados tomar a iniciativa de refletir sobre modelos futuros viáveis de governação dos seus bens imóveis com valor patrimonial que assegurem a conservação e a fruição - por si e pelas comunidades do património privado.

Conscientes que não há uma solução generalizada e abrangente mas que vale a pena juntar esforços ao encontro da escala certa do problema e da experiência das melhores práticas mundiais, **os participantes no Seminário RUMO A UM NATIONAL TRUST PORTUGAL reunidos no dia 25 de setembro na Casa de Mateus em Vila Real conjuntamente com a INTO - International Trusts Organisation; o National Trust UK, o FAI - Fondo Ambiente Italiano e a Kultur Erbe Bayern.**

RECONHECEM QUE:

- 1 – há bens imóveis privados de significativo valor patrimonial com relevância estratégica para a sociedade, a economia, a cultura, o ambiente e a qualidade, a distinção e a beleza da paisagem portuguesa;
- 2 – o património privado tem um contributo determinante para o reforço e a perpetuação da identidade nacional e constitui um ativo económico e social;
- 3 – as ameaças para a conservação e fruição destes bens constituem um desafio que justifica reflexão, discernimento e ação e a mobilização de esforços conjuntos para uma melhor compreensão das estratégias de conservação, fruição e governação do património privado;
- 4 – a dispersão destes bens imóveis merece que se encare o seu futuro encontrando a escala certa para uma abordagem conjugada e conjunta dos vários destinos de um legado em que o todo é maior do que a soma das partes;
- 5 – é decisivo encontrar um modelo de sustentabilidade económica adaptado às diferentes características e especificidades dos bens de forma a viabilizar o seu futuro como uma tarefa coletiva de proprietários, investidores, voluntários para a fruição das gerações futuras.

APELO À AÇÃO

Como signatários da **Declaração de Mateus-Santar sobre o Património Cultural e Natural Privado de Portugal**, estamos unidos na nossa responsabilidade partilhada de salvaguardar, valorizar e transmitir o rico legado cultural e natural de Portugal. Apelamos a todas as partes interessadas - proprietários de património privado, entidades governamentais, organizações e comunidades - para que tomem medidas decisivas nas seguintes áreas:

1. **Empenhar-se na preservação:** Cada um de nós deve contribuir ativamente para a proteção e conservação dos bens do património cultural e natural. Temos de defender a integridade destes bens, assegurando que são salvaguardados da destruição, negligência ou perda irreversível.

2. **Reforçar a colaboração:** Reconhecemos que nenhuma entidade pode, por si só, preservar o vasto património de Portugal. Temos de construir parcerias e criar sinergias entre proprietários privados, instituições públicas e organizações patrimoniais para enfrentar os desafios únicos que se colocam ao património cultural e natural. Ao partilhar conhecimentos, recursos e estratégias, podemos promover uma abordagem coletiva à conservação e à sustentabilidade.

3. **Inovar os modelos de governação:** Os proprietários privados são chamados a explorar e a implementar modelos inovadores de governação e gestão dos bens patrimoniais. Temos de nos adaptar aos desafios contemporâneos, garantindo que estes bens continuam a enriquecer as gerações futuras, tanto a nível cultural como económico.

4. **Promover o desenvolvimento sustentável:** Temos de desenvolver e defender modelos económicos sustentáveis que equilibrem a necessidade de conservação com as realidades das limitações financeiras e de recursos. Isto inclui a exploração de novas fontes de financiamento, o turismo sustentável e a reutilização adaptativa de bens patrimoniais que respeitem o seu valor cultural, assegurando simultaneamente a sua viabilidade.

5. **Honrar a identidade nacional:** O património privado é parte integrante da identidade nacional de Portugal. Temos de defender o seu reconhecimento como um bem cultural, social e económico vital. Ao fazê-lo, garantimos que estes tesouros continuam a definir e a enriquecer a paisagem portuguesa para as gerações vindouras.

6. **Mobilizar as comunidades:** A conservação do património não é da responsabilidade de alguns, mas de todos nós. Apelamos às comunidades locais, aos voluntários, aos investidores e aos indivíduos para que participem ativamente na gestão do património privado, tornando-o uma missão partilhada que transcende a propriedade e se torna um esforço coletivo.


Ana Paganini





~~Assef~~
~~1/11~~

~~W. L.~~

Catherine Leonard

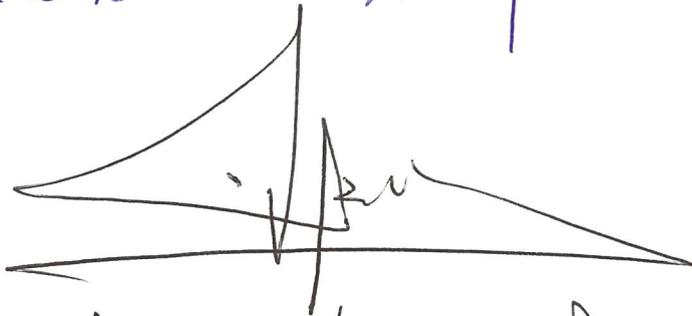
Miguel Ángel de Campos

Amos Quering

Cardi de Seburios

Isabel Vaconca

Francisco de Asis



Miguel Ángel de Campos

Clare Patricia Cortes

Antonio Lobo Ximenes

J. Zully

Henrique Sampaio de Nôse

Antônio Macarenha

Maria Helena Macarenha

Frederico

Carvalho



© ANA PAGANINI



RUMO A UMA FUNDAÇÃO NATIONAL TRUST PORTUGAL ONDE O PASSADO ENCONTRA O PRESENTE

Seminário dirigido aos proprietários privados de bens patrimoniais portugueses

Local: Mateus, Vila Real.
Fundação da Casa de Mateus e Santar, Nelas. Santar Vila Jardim
Data: 24 - 26 novembro 2024

PROPÓSITO

Adotar uma declaração de consenso sobre o futuro do Património Privado Português, através da partilha de experiências e da reflexão sobre oportunidades e boas práticas internacionais.

OBJETIVOS

1. Valorizar e utilizar a experiência e o conhecimento de cada pessoa/proprietário
2. Estimular e incentivar a participação de todos no processo
3. Contribuir para um consenso sobre os termos e pressupostos para a divulgação da criação da FNTPT



© FILIPE BRACCA

CONVITE

PROGRAMA

DOMINGO, 24 NOVEMBRO

18h30 **Visita guiada à Casa de Mateus**

19h30 Jantar informal de boas-vindas em Mateus

SEGUNDA, 25 NOVEMBRO

Fundação Casa de Mateus, Vila Real

09h30 **Sessão de abertura**

Teresa Albuquerque,
Teresa Andresen e
José Luís Vasconcelos e Sousa

10h00 **INTO** Catherine Leonard

10h30 Pausa para café

10h45 **National Trust UK**

Justin Scully

FAI - Fondo Ambiente Italiano

Davide Usai (online)

Kultur Erbe Bayern

Bernhard Seidl

12h15 **Debate**

13h00 **Almoço**

14h30 **Partilha de experiências**
(3 grupos x 8 participantes)

16h00 Intervalo para café

16h30 **Apresentação das conclusões dos grupos**

17h30 **Comentário geral por António Lobo Xavier**

18h00 **Declaração Mateus-Santar sobre o Património Privado Português**

19h30 Jantar

TERÇA, 26 NOVEMBRO

Santar Vila Jardim, Nelas

10h00 Chegada a Santar

10h30 **Visita guiada a Santar Vila Jardim**

13h30 Almoço na Casa dos Condes de Santar e Magalhães



TOWARDS A FOUNDATION NATIONAL TRUST PORTUGAL

WHERE THE PAST MEETS THE PRESENT

Seminar addressed to private owners of Portuguese heritage properties

Venue: Mateus, Vila Real.

Fundação da Casa de Mateus e Santar, Nelas. Santar Vila Jardim

Date: 24th - 26th November 2024

GOAL

To establish a consensus declaration on the future of Portuguese private heritage by sharing experiences, exploring opportunities, and drawing from international best practices.

OBJECTIVES

1. Leverage the experience and knowledge of each participant.
2. Foster active participation in shaping the process.
3. Build a shared consensus on the principles for establishing and promoting the Foundation National Trust Portugal (FNTPT)



© FILIPE BRAGA

INVITATION

PROGRAMME

SUNDAY, 24 NOVEMBER

18h30 **Guided Visit of Casa de Mateus**

19h30 Informal Welcome Dinner at Mateus

MONDAY, 25 NOVEMBER

Fundação Casa de Mateus, Vila Real

09h30 **Opening session**

Teresa Albuquerque, Teresa Andresen and José Luís Vasconcelos e Sousa

10h00 **INTO** Catherine Leonard

10h30 Coffee break

10h45 **National Trust UK**

Justin Scully

FAI - Fondo Ambiente Italiano

Davide Usai (online)

Kultur Erbe Bayern

Bernhard Seidl

12h15 **Debate**

13h00 Lunch

14h30 **Sharing experiences**
(3 groups x 8 participants)

16h00 Coffee break

16h30 **Presentation of group conclusions**

17h30 **General comment by António Lobo Xavier**

18h00 **Mateus-Santar Declaration on Portuguese Private Heritage**

19h30 Dinner

TUESDAY, 26 NOVEMBER

Santar Vila Jardim, Nelas

10h00 Arrival in Santar

10h30 **Guided Visit of Santar Vila Jardim**

13h30 Lunch at Casa dos Condes de Santar e Magalhães

